

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

DESGASTE MENTAL E RACISMO INSTITUCIONAL NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

DAMARES PEREIRA VICENTE¹

ROSANGELA ARAUJO ALMEIDA²

RESUMO:

O texto integra pesquisa em desenvolvimento “Serviço Social, tecnologias e nova morfologia do trabalho”, promovida por núcleo de pesquisa de PPG Serviço Social e visa explicitar gênese e desenvolvimento do conceito de desgaste mental, sua incidência no processo saúde-doença, particularizando análises sobre o racismo no trabalho de assistentes sociais.

Palavras-chave: desgaste mental; assistentes sociais; processo saúde-doença; racismo; tecnologia de informação e comunicação (TICs).

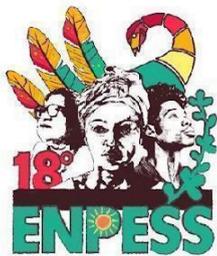
ABSTRACT:

The text is part of ongoing research “Social Service, technologies and new morphology of work”, promoted by the PPG-Social Work research center and aims to explain the genesis and development of the concept of mental exhaustion, its incidence in the health disease process, particularizing analyses on racism in the work of social workers.

Keywords: mental exhaustion; social workers; health disease process; racism; information and communication technology (ICT).

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

O eixo da pesquisa que ora apresentamos tem como objetivo explicitar a relação entre as condições de vida e de trabalho de assistentes sociais e o desgaste mental. Busca-se aprofundar estudos e pesquisas para analisar e nomear, de modo mais preciso, as violências implicadas no desgaste mental, considerando além da carga de trabalho profissional, a carga de trabalho não remunerado despendida na reprodução social da vida, realizada majoritariamente por mulheres nos ambientes domésticos.

Embora seja de amplo conhecimento que as mulheres trabalham mais horas do que os homens, percebem menores salários e têm menos oportunidades de ascender a cargos mais importantes e mais bem remunerados, no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT), verificamos uma tendência de considerar como trabalho somente o trabalho profissional remunerado realizado pelas mulheres. Nosso esforço, portanto, será no sentido de apreender na categoria “carga de trabalho”, a complexidade e a extensão da jornada de trabalho das mulheres, considerando todo o trabalho implicado na reprodução da vida humana no âmbito doméstico (e fora dele), responsabilizando-se pelos cuidados dos membros da família, gerindo as finanças, provendo e dando suporte emocional para famílias e para sua rede de relações sociais e afetivas.

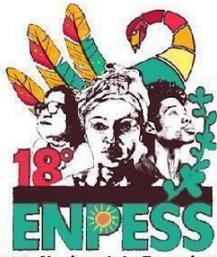
Para tanto, optamos por conferir visibilidade ao trabalho das mulheres negras, considerando que, em geral, se encontram historicamente em lugares sociais que inferiorizam e desvalorizam suas competências, numa posição subalterna na hierarquia social e econômica, portanto, na base da pirâmide das desigualdades sociais, sofrendo por sua condição de raça e gênero.

Esse modo específico de exploração e opressão implica no aceleração do desgaste mental e, portanto, nos adoecimentos. A ênfase se justifica, também, pela direção ética e política dada pelo conjunto de entidades da categoria de assistentes sociais, indicando a necessidade premente de enfrentamento do racismo no Brasil.

Lembrando ainda que o último levantamento realizado pelo CFESS (2022)³ nos informa que a maioria das assistentes sociais são mulheres, com baixos salários e negras (pretas e pardas, segundo classificação do IBGE).

Além dos aspectos citados anteriormente, expressões estruturais da questão social na sociedade brasileira, como o racismo e a opressão, exploração e apropriação

³ <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

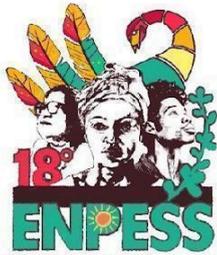
do trabalho das mulheres da classe trabalhadora, encontram-se embaraçadas⁴ no trabalho de assistentes sociais as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A centralidade que as tecnologias digitais assumiram alterou significativamente a natureza, os conteúdos e os sentidos do trabalho, lançando desafios teóricos, metodológicos, técnicos e éticos para sua realização, uma vez que tendem a desidratar o significado social do trabalho, em razão da simplificação e da padronização de dados para “caberem” nos formulários dos sistemas adotados nos serviços socioassistenciais e de saúde, a título de exemplos.

Na referida pesquisa buscaremos conhecer elementos que assistentes sociais avaliam estar envolvidos no processo de desgaste mental, enquanto perda de capacidade ou de potencial, por meio das seguintes categorias: conjuntura econômica, política e social do país; dimensões afetadas por um eventual desgaste (física/mental/outras); situações de violência (assédios e discriminações de cunho sexual, racista, capacitista e outras); relações de trabalho (conflitos com colegas de trabalho, baixa remuneração, excesso de horas de trabalho on-line, meios de trabalho defasados ou insuficientes, falta de autonomia profissional, discriminação por participação política, desvalorização profissional e outros); cargas de trabalho (doméstico e profissional); agravos à saúde relacionados ao trabalho (tipos de tratamentos; uso de medicamentos); afastamentos por agravos à saúde relacionados ao trabalho (Nexo Técnico Epidemiológico; abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho CAT, remuneração, recepção de colegas e gestores/as no retorno das licenças, trabalho doméstico); Identificação de resistências coletivas.

2 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE DESGASTE MENTAL

O conceito de desgaste é tributário dos estudos e pesquisas realizados no âmbito do Movimento da Medicina Social Latino-americana, principalmente no contexto do desenvolvimento do capitalismo no México, nas décadas de 1960-1980, período marcado, aqui no Brasil, pela ditadura civil-militar, mas também por intenso movimento político e teórico, no qual construímos o campo da Saúde Coletiva e do próprio Projeto da Reforma Sanitária Brasileira, quando “ganhou força a compreensão dos fenômenos da saúde e da doença como determinados social e historicamente, sendo o materialismo histórico um importante fundamento epistemológico” (Osório; Schraiber, 2015, p. 213).

⁴ Empregamos o termo “embaraçadas” em razão da forma como têm sido disponibilizados os recursos das TICs no trabalho de assistentes sociais: equipamentos defasados; sistemas pouco amigáveis, utilizados basicamente para coleta de dados de usuários/as de interesse da gestão institucional, internet lenta; sem capacitação específica para utilização; ausência de participação na definição sobre quais as informações e ações podem ser mediadas pelas TICs e quais não podem, especialmente aquelas que ferem o direito ao sigilo profissional das pessoas atendidas dentre outras. Todas essas circunstâncias fazem com que as TICs sejam mais um embaraço no trabalho do que propriamente um facilitador.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tomando a vertente da Medicina Social Latino-americana, que congregou pesquisadores/as e estudiosos marxistas da Medicina Social Latino-americana, em estudo que se tornou clássico, Laurell; Noriega (1989, p. 99) desenvolveram estudos e pesquisas sobre a relação entre a saúde e o processo de produção, afirmando que a pesquisa latino-americana sobre saúde e trabalho criou elementos teóricos metodológicos essenciais para o estabelecimento de nexos biopsíquicos, além de apontar problemas e carências ainda a resolver. Seus estudos permitiram a definição do Desgaste Operário, que se constitui enquanto um processo que se dá pela “perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (Laurell; Noriega, 1989, p. 110), que “pode ou não se expressar no que a medicina reconhece como patologia” (p.115-116).

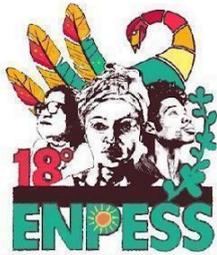
A autora e o autor citados (Laurell; Noriega, 1989), a partir, principalmente, da pesquisa realizada com mineradores, propuseram uma metodologia de pesquisa trabalhando com a categoria “cargas de trabalho”, e importantes e inovadores indicadores de fatores de desgaste, que chamaram de “indicadores de processo”, à medida que permitiriam captar elementos envolvidos nos processos de desgaste, sem ter que referi-los a partir da presença de um dano ou agravo (p.117).

Essa construção teórico-metodológica, aqui apresentada de forma resumida, tratando a saúde na sua relação com a produção e acrescentamos, de reprodução, possibilitou que atualmente compreendamos a saúde e a doença como um processo. Outro fator decisivo na construção teórico-metodológica de Laurell e Noriega (1989, p. 121), foi a ênfase na participação dos trabalhadores/as nas análises sobre os processos de trabalho, destacadamente aqueles implicados em desgastes, tendo as cargas de trabalho como “indicadores de processo”.

Importa salientar que essa perspectiva de análise não é hegemônica e encontra-se em disputa, especialmente pós reestruturação produtiva, processo que se deu *pari passu* à construção das bases teóricas que sedimentaram a concepção da determinação social e histórica no processo saúde-doença, exigindo novos estudos, pesquisas e militância na organização de resistências coletivas que façam frente ao intenso desgaste de corpos e mentes da classe trabalhadora à qual pertencem assistentes sociais.

O modelo biomédico tradicional, que desconsidera a relação entre as manifestações clínicas dos desgastes (adocimentos) e os processos de trabalho (violências, sobrecargas e precarizações) é o que ainda mais se verifica no campo da saúde em geral, assim como nas leituras na área da Saúde Ocupacional, na qual se busca o “ato inseguro”, individualizando e responsabilizando o/a trabalhador/a pelos processos de adoecimento e acidentes de trabalho.

Os estudos, pesquisas e práticas descritos anteriormente foram fundamentais na constituição



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do campo denominado Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). Segundo Seligmann-Silva (2011), teórica brasileira precursora na construção desses estudos, a SMRT é um campo multidisciplinar que se constitui pela confluência das Ciências Sociais, Psicologia, Medicina, Engenharia etc., de estudos sobre o mundo do trabalho e de referenciais teóricos e modelos analíticos e práticos, como a teoria do estresse, a psicodinâmica do trabalho, dentre outras, (2011, p. 133-158), para quem:

Nas intersecções entre processo de trabalho e processo saúde-doença, determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como desgaste (Seligmann-Silva, 2011, p. 136). (grifos nossos).

No Serviço Social, encontramos em Raichelis (2011), uma das primeiras menções ao desgaste no trabalho de assistentes sociais:

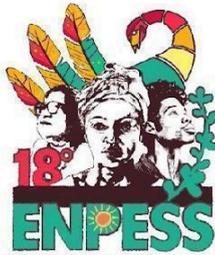
A temática da superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores, e que não apresenta acúmulo na literatura profissional (2011, p. 426).

No referido artigo, Raichelis (2011), retomando Iamamoto (2007), buscava refletir sobre as consequências dos processos de alienação no trabalho das/os assistentes sociais, enquanto trabalhadoras/es assalariadas/as inseridas/os na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, afirmando:

não derivamos nessa análise todas as consequências teóricas e políticas mais profundas relacionadas ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado de instituições públicas e privadas, resultante do processo de profissionalização e institucionalização da profissão nos marcos do capitalismo monopolista (p.423).

A autora se referia à necessidade de aprofundar estudos e análises sobre o trabalho de assistentes sociais, “submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados” (Raichelis, 2011, p, 423).

Nessa perspectiva, portanto, compreendemos que o desgaste mental (com ou sem adoecimentos) provocado pelas violências de toda sorte contra trabalhadoras e trabalhadores, neste texto com maior destaque às laborais, como a violência racista contra mulheres, que trataremos adiante, compõem o complexo quadro de “constrangimentos e dilemas” aos quais todas as trabalhadoras e trabalhadores encontram-se submetidas e submetidos, inclusive assistentes sociais, carecendo de estudos, pesquisas e uma sólida agenda de lutas políticas a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

serem travadas no Brasil.

Embora não tenhamos, neste momento, um estudo sobre o estado da arte na literatura do Serviço Social sobre o desgaste mental relacionado ao trabalho de assistentes sociais, destacamos alguns estudos realizados nesse campo (Vicente, 2015; 2018; Vicente e Lima, 2022; Kikuchi, 2023; Nascimento, 2024). Nesses estudos encontramos situações de trabalho que analisam como a precarização, por meio da gestão, organização, condições e relações de trabalho, com terceirizações, desvalorização profissional e desidratação dos conteúdos, natureza e sentidos do trabalho, têm provocado um recrudescimento dos desgastes, principalmente mentais, e provocando adoecimentos.

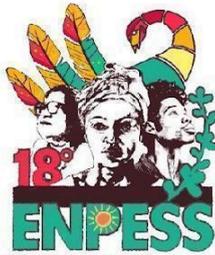
Essas situações têm implicado um uso importante de medicamentos, especialmente antidepressivos, razão pela qual incluímos na pesquisa uma questão específica sobre esse problema, destacando classes medicamentosas e padrões de uso, além dos tipos de tratamentos realizados (psiquiátricos e/ou outros).

A gestão das políticas sociais, no atual momento do neoliberalismo no Brasil, erode direitos e serviços públicos estatais, com o uso cada vez mais intenso e meramente operativo das tecnologias digitais, intensificando o trabalho e aumentando as pressões e o alcance de metas, facilitando práticas de assédios e discriminações de cunho sexual, racista, capacitista e outras, o que também objetivamos captar na pesquisa.

Pretendemos, também, realizar análises das relações existentes entre o perfil das assistentes sociais respondentes e as duplas e triplas jornadas de trabalho, inclusive o trabalho doméstico não remunerado, para problematizar as cargas de trabalho implicadas nos processos de desgaste mental.

Quanto aos espaços de trabalho, a inserção no questionário, de perguntas sobre possíveis conflitos com gestoras/es, colegas de trabalho e população atendida, poderão nos trazer elementos para analisar como se dão os processos de precarização e de deterioração das relações sociais e de classe, com repercussões no desgaste mental.

Sobre o processo saúde-doença e os direitos trabalhistas/previdenciários, o conhecimento sobre frequência de afastamentos, com e sem remuneração, a emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho CAT, portanto, pleiteando o reconhecimento da origem e/ou intensificação de adoecimentos relacionados ao trabalho, poderão nos indicar como e se estão sendo respeitadas as garantias desses direitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3 RACISMO NO TRABALHO

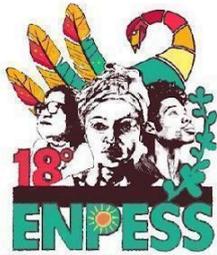
O mercado de trabalho é o retrato da representação da desigualdade racial no Brasil. As relações sociais são desiguais para a população negra em vários aspectos, como na inserção, na permanência, na ascensão e nos salários, sendo as mulheres negras as primeiras a ingressar no mercado de trabalho e as últimas a deixá-lo. Segundo os dados do Boletim da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-C), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), produzido no último trimestre de 2023, o Brasil contava com 90,6 milhões de mulheres com 14 anos ou mais, das quais 47,8 milhões faziam parte da força de trabalho e 42,8 milhões estavam desempregadas. Destes números 23 milhões de mulheres negras estavam desocupadas enquanto 20,4 milhões eram mulheres não negras. Com relação ao salário, 39,9% das mulheres que vivem do trabalho ganharam até um salário-mínimo. As mulheres negras tinham uma média mensal de rendimento com o valor de R\$ 1.957,00 (um mil, novecentos e cinquenta e sete reais) e as não negras com o valor de R\$ 3.242,00 (três mil, duzentos e quarenta e dois reais), o que nos leva a pensar que cargos especializados e de confiança estão sendo disponibilizados em maior número para essa camada não negra da população feminina. As mulheres negras estão mais desprotegidas em relação aos direitos previdenciários sendo 41,9 % de mulheres negras sem contribuição, contra 30,8% de mulheres não negras. Situação que remete à questão da informalidade, já que 41,9% das mulheres negras estão neste tipo de trabalho, contra 32,6% de mulheres não negras.

Diante desses números constata-se um maior contingente de mulheres negras subutilizadas na relação de trabalho, consequência da ideologia da inferioridade como indicam os números do ensino superior. Enquanto o percentual de mulheres não negras graduadas era de 29%, as mulheres negras representavam apenas 14,7%⁵. De modo geral, as mulheres são mais desvalorizadas em suas capacidades de trabalho e seus salários revelando a discriminação de gênero com índices piores para as mulheres negras em todos os cenários em nosso país.

Profissionais negras que trabalham em instituições públicas municipais deparam-se com as consequências do racismo institucional no enorme contingente da população negra atendida nos serviços sociais públicos, conforme constatado na pesquisa de Almeida (2024), cujas expressões são as diversas e constantes violências, o impedimento de acesso aos direitos

⁵ Jornal O Globo (08.03.2024). Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/08/censo-mulheres-sao-mais-escolarizadas-que-homens-mas-diferenca-entre-brancas-e-negras-no-ensino-superior-e-de-50percent.ghtml>. Acesso em 29 Jul 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais, incluindo a exacerbação da exploração do trabalho, em razão das profundas marcas sociais que o colonialismo, por meio da escravização dos povos africanos e indígenas, deixou no Brasil. O racismo permeia todas as relações na sociedade brasileira, portanto, também se apresenta para assistentes sociais negras, em suas vidas e em seu trabalho profissional, implicando em ações que demandam abordagens e análises muito mais complexas e diferenciadas, diante da dura realidade cotidiana.

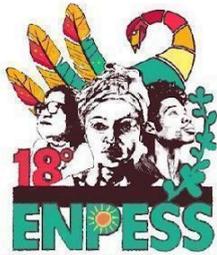
Assistentes sociais exercem o trabalho profissional respeitando o código de ética profissional, combatendo todas as formas de discriminação racial e suas múltiplas expressões na vida social, no entanto, sendo trabalhadoras negras, não podem perder de vista as violações de direitos representadas nas estatísticas que demonstram o tamanho da desigualdade econômica, política, social, racial e de trabalho impostas à população não branca.

Para explicar como o racismo se articula nas relações sociais, Almeida (2019, p.183) explica que o “racismo não é um resto da escravização, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão. Nos estudos do autor a forma como introduziu-se nas Américas os métodos de acumulação da riqueza por meio da escravidão, o modo como a sociedade organizou as formas e meios de vida e de morte no sistema colonial, e depois organizou a sociedade através do trabalho

livre, faz do racismo “ uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (Almeida, 2019, p.33).

Diante dessas explicações acerca do racismo estrutural, a categoria das assistentes sociais, como quaisquer outras pessoas desta sociedade, nasceu e se desenvolveu em um contexto eurocêntrico de produção de conhecimento, de valores morais, de noção de justiça e de concepções de sociabilidades associados às ideias hegemônicas do homem branco como modelo e padrão universal. Tais concepções que influenciaram o país, desde então, disseminam e reproduzem as discrepâncias de raças entre inferiores e superiores, portanto, é urgente convocar assistentes sociais a desconstruir tais ideias, com o objetivo de contribuir na construção de uma sociedade antirracista.

Como visto anteriormente, o racismo institucional é considerado uma ferramenta conceitual para ajudar a compreender a maneira como as instituições se organizam, por meio de regras e hierarquias, numa dinâmica que articula privilégios e desvantagens. Para Eurico (2013, p.11), o racismo institucional possui duas dimensões: a político-programática e a das relações interpessoais que são correlatas e convergentes:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em relação à primeira, ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. E a segunda compreende as relações estabelecidas entre gestores/as e trabalhadores/as, entre estes e outros trabalhadores/as e usuários/as, sempre pautadas em atitudes discriminatórias.

Nessa análise, concordamos com Marcia Eurico (CFESS, 2016), pois o racismo institucional se manifesta nas relações interpessoais e de trabalho exercendo uma capilaridade extensiva que carrega os estereótipos e estigmas atribuídos à população negra no interior dos órgãos públicos, corporações, empresas privadas, organizações sociais, entidades públicas ou privadas, ou seja, locais onde se materializa o trabalho de assistentes sociais na execução/gestão das políticas públicas.

Neste sentido, observando a realidade de forma crítica e na perspectiva da totalidade, a mulher negra na sociedade e no mercado de trabalho ocupa um lugar à margem da sociedade, mas fundamental para a sua continuidade e reprodução: assim como nas colônias, ocupa o lugar do cuidado, do trabalho doméstico, prestando serviços básicos para a população. Lélia Gonzales (2020, p. 45), nos chama atenção quando explica que: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. Fato verdadeiro quando olhamos para os números da pesquisa do PNAD-C de 2022 que demonstrou que 67% das mulheres negras são responsáveis pelo trabalho doméstico, para além de confirmar que mulheres dedicam mais de 17 horas aos afazeres domésticos dos seus lares totalizando quase 15 dias a mais do que os homens.

Para entender a complexidade que envolve o racismo institucional dentro dos ambientes de trabalho das assistentes sociais, a pesquisa em curso propõe desvelar a relação estabelecida entre profissionais, o serviço social, as instituições e as discriminações de gênero e raça.

Em recente estudo sobre o racismo institucional e as violências de trabalho com servidoras públicas negras, Almeida (2024, p.261), com base em depoimentos de assistentes sociais, apresentou situações de discriminações cotidianas dentro das unidades de trabalho, sendo algumas dela apontadas a seguir:

No cotidiano de trabalho apareceram as desigualdades de tratamento das servidoras brancas para com as servidoras negras; as desigualdades de oportunidade de ascensão profissional ou da carreira; o excessivo questionamento da qualidade profissional; o preterimento e o silenciamento dos/as parceiros/as de trabalho; a falta de solidariedade; a perseguição política; as punições e humilhações; os barramentos de acesso a outros setores da instituição; o impedimento do exercício profissional; a falta de ética e o comprometimento moral de algumas

equipes. Todas as situações complexas e violentas que afetaram de forma significativa as servidoras que expressam até hoje não terem se recuperado da violência racial e institucional.

A pesquisadora afirma que, de modo geral, as instituições conseguem disfarçar o racismo protegido pelo falso mito da democracia racial, com a narrativa de que as pessoas são todas iguais. Entretanto, as práticas discriminatórias ocorrem principalmente com a retirada da autonomia das assistentes sociais negras. Como explicita Fanon (2008, p.186 *apud* Almeida, 2024) “o negro, em determinados momentos, fica enclausurado no próprio corpo”.

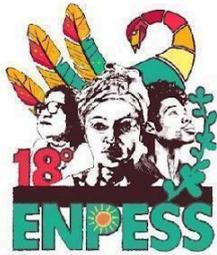
Observando de perto esse *modus operandi*, Rios, Santos e Ratts (2023, p.56). relataram em seus estudos, que quando profissionais não negras percebiam a distinção de tratamento dado às servidoras negras, protegiam-se no pacto da branquitude⁶ onde a proteção de si mesma e de seu grupo mantém um acordo tácito.

Trata-se de mecanismo violento e de controle intencional e apoiado pela gestão institucional, com a intenção de manter o poder através da máquina pública, na defesa dos interesses pessoais e da classe dominante.

O racismo institucional, como afirma Bento (2002), é sorrateiro, e envolve práticas continuadas e supostamente camufladas. Quando tais comportamentos são sutis e disfarçados, há uma tendência de que passem despercebidos, portanto, de difícil convencimento das pessoas de que se trata de racismo.

Ainda em referência à pesquisa realizada por Almeida (2024), a autora observa que um dos mecanismos de coerção mais utilizados pela gestão pública é a desqualificação das profissionais negras e da própria política pública. Nesse contexto, quando servidoras negras percebem o descrédito como uma forma de exclusão, investem esforços redobrados para estudar e aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos e operativos, com o intuito de afastar a ideia equivocada da falta de capacidade profissional. Mesmo assim, constatou que as chefias se empenham no impedimento da ascensão profissional das servidoras negras. Contudo a persistência em evitar o erro para não ser rebaixada e ser vista como pessoa não importante, acaba provocando naquelas mulheres tensões e uma ansiedade intrinsecamente ligada ao trauma da negritude. bell hooks, em suas pesquisas empíricas com alunas universitárias, quando observava a realidade objetiva/subjetiva das mulheres negras estadunidenses, referida à vida e à saúde, descreve:

⁶ A concepção do pacto da branquitude reconhece a constituição e articulação dos brancos como grupo de identificação racial, os sujeitos brancos se protegem, criam e partilham reciprocamente oportunidades que beneficiam seu próprio grupo racial, podendo ser observado em práticas sociais cotidianas. Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas, 2023. p. 56



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] eram aterrorizadas psicologicamente pela baixa autoestima; [...] que viviam com medo de serem desmascaradas como inferiores em relação aos seus pares brancos (p. 18). O livro da saúde da mulher negra: falando para nós mesmas, Every White lembra a todas as leitoras das terríveis estatísticas que documentam os sérios problemas da saúde enfrentados pelas mulheres negras. De forma significativa, ela relata 'que mais de 50% das mulheres negras vivem em um estado de tensão emocional'. Isso vai surpreender a poucas mulheres negras que são agredidas diariamente por estruturas de dominação institucionalizadas que tem como uma de suas principais agendas minar nossa capacidade de vivenciar o bem-estar (2023, p.20).

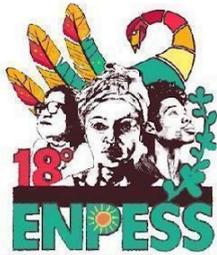
A tripla discriminação de raça, classe e gênero (Crenshaw, 2002), bem como as duplas e triplas jornadas de trabalho impostas às mulheres negras, empurram as trabalhadoras a subordinações que fazem essas assistentes sociais sentirem-se degradadas, porque os impedimentos de trabalho e o bloqueio à ascensão profissional estão associados a raça/cor dessas mulheres. Esse ciclo de violências de interdição da liberdade e da autonomia leva ao desgaste mental, situação inevitável pela intencionalidade de desqualificar e subalternizar as mulheres negras, fazendo com que elas ocupem sempre o mesmo lugar subalterno na hierarquia institucional.

4 RACISMO, DESGASTE MENTAL E PROCESSO SAUDE-DOENÇA

O racismo não é somente um problema social, mas também é um problema de saúde (Chester Pierce apud Moreira, 2020) para as/os trabalhadoras/es negras e negros, já que são múltiplas as influências no desenvolvimento psíquico e na dinâmica social e laboral, sempre alvos de discriminação e preconceito por sua cor.

Seligmann-Silva (2011) explica que um trabalho adoecedor é um trabalho desgastante, que produz um maior impacto no nosso corpo físico e nas emoções. Perdem-se capacidades, potenciais, estímulos, motivações, energia, disposição, paciência e afetividade.

E, de forma geral, o desgaste mental cobra uma alta conta sobre a vida das assistentes sociais negras, considerando que elas estão na base da pirâmide das desigualdades, com duplas, triplas jornadas de trabalho, sendo mulheres mais pobres, com moradia mais precária, crescente endividamento, oriundas de família negra, historicamente mais empobrecida, e que exige delas o aporte de recursos para sobreviver. Dessa forma, ocorrem múltiplas limitações em diferentes dimensões da vida, que constituem fontes de frustrações, tensões e estresse que se acumulam, interferindo no processo de desgaste mental. Seligmann-Silva (2011), referindo-se a estudos sobre o trabalho de beneficiamento da castanha, ainda que numa atividade diferente do trabalho de assistentes sociais, observa especificidades na atividade de mulheres, sobre o que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

também podemos trazer à reflexão, pois

o fato de esse tipo de trabalho ser executado quase que exclusivamente por mulheres aponta para uma situação sociocultural peculiar, em que as condições de trabalho descritas e especialmente os aspectos organizacionais foram criados para quem "foi feita" para suportá-los, isto é - a mulher" (Seligmann, 2011, p. 226).

Nesse sentido, a autora compreende que há no aprofundamento da submissão de trabalhadores e trabalhadoras às péssimas condições do trabalho, um ataque aos direitos humanos e à existência de uma conjuntura propícia para que ocorram manifestações clínicas do sofrimento psíquico, que afetam o poder de resistência de classe aos projetos hegemônicos de dominação e opressão.

O desgaste mental ocorre nas práticas racistas cotidianas que afetam as sujeitas nas suas subjetividades, e que, somadas às discriminações raciais, podem ocasionar sofrimentos avassaladores para as trabalhadoras negras, conforme Almeida (2024, p.254) constatou em seu estudo.

Por serem locais de grande hostilidade, as servidoras públicas foram acometidas pelo desgaste mental envolvendo depressão, síndrome de burnout, estresse pós-traumático e outros adoecimentos. As servidoras foram apartadas do conjunto dos/as outros/as trabalhadores/as como forma de demonstrar aos outros que elas não seriam pessoas preparadas para conviver no trabalho. Sem dúvida alguma, essa é umas das piores violências, já que impede os relacionamentos e deixa as servidoras sozinhas, sem chance de conseguirem desenvolver suas atividades.

A prática violenta do racismo institucional nos ambientes de trabalho, que tem sido utilizada para criar submissão da classe trabalhadora, atinge a solidariedade entre pares, reforçando o individualismo, uma vez que fragiliza as relações e os vínculos interpessoais necessários para buscar coletivamente as estratégias de superação das violências laborais (Raichelis, 2015). Essa "banalização do mal"⁷ tem fermento na ética afrouxada, no autoritarismo, no crescimento do conservadorismo, no pauperismo (Netto; Braz, 2019) que desencadeia a renovação do capitalismo de barbárie e da necropolítica (Mbembe, 2020).

Seligmann-Silva (2011), recuperando um conjunto de pesquisas com trabalhadores, explica como as consequências das violências, inclusive do racismo institucional, podem ocasionar adoecimentos, como Síndrome de burnout; depressão, ansiedade, dificuldades no sono, estresse pós-traumático, alterações nas condições físicas, aumento nos acidentes de trabalho, lesões osteomusculares, aumento no consumo de álcool e outras drogas (lícitas e ilícitas) e até suicídios.

⁷ Uma analogia ao conceito de Hannah Arendt (1998) em relação às ações do exército nazista de Hitler, no holocausto, durante a segunda Guerra Mundial.

5 NOTAS CONCLUSIVAS

Afinal, por que consideramos o debate sobre o desgaste mental e o racismo, importante para o Serviço Social?

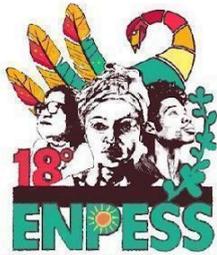
Em primeiro lugar, dentre várias razões, porque é fundamental recuperar a conquista da saúde como direito na Constituição Federal; essa conquista, mais do que nunca, torna-se imprescindível para a garantia da vida de trabalhadores e trabalhadoras, pois é resultado de disputas acirradas no âmbito da luta de classes no Brasil. Na conjuntura atual, de erosão dos direitos conquistados, que promove a banalização da vida sem precedentes, essa conquista é vital!

Em segundo lugar, porque é necessário desvendar, cada vez mais, os mecanismos envolvidos nos processos de alienação presentes na gestão e organização do trabalho de assistentes sociais, geradoras de violências, sofrimentos, desgastes e adoecimentos.

Em terceiro lugar, relacionar racismo institucional e desgaste mental reforça nosso entendimento de que a sociedade brasileira incorporou as diferenças de cor e raça com a falsa ideologia da democracia racial criada pelo poder dominante com o objetivo de manter sua dominação. Como visto, o cenário atual apresentado pelas estatísticas revela as desigualdades sociais e econômicas que localizam o lugar subalterno ocupado pelas mulheres negras. Como sistema de controle, a sociedade herdou e reproduziu os estereótipos negativos empregados contra as mulheres negras, o que levou parte da população brasileira a acreditar na sua inferioridade, afirmando ser essa situação um problema da população negra.

O tratamento dispensado às mulheres negras afeta suas subjetividades, prejudica seu desenvolvimento humano. Nas consequências mais deletérias causa sofrimento e leva ao desgaste mental e ao adoecimento, em decorrência de um sistema violento de superexploração da força de trabalho e de marginalização racializada com vistas à extração de mais valia (Souza, 2023).

Por fim, concluímos que debater o racismo institucional articulado à discussão do desgaste mental é uma necessidade urgente, trazendo para o núcleo central das análises o sofrimento e os adoecimentos de assistentes sociais no cotidiano do trabalho institucional, impedindo-as de constituírem-se e de serem reconhecidas por suas competências teóricas e convicções éticas e políticas, processo que desvenda as discriminações, os preconceitos e os estigmas associados à raça e à cor nas relações sociais



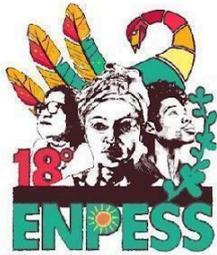
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.A. (2024). *Insubmissas Mulheres Negras: o racismo institucional e cotidiano na escrivência de servidoras públicas negras*. Dissertação de mestrado. PPG em Serviço Social. São Paulo, PUC-SP.
- ALMEIDA, S.L. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo. Coleção Feminismo Plurais, Ed. Pólen. BENTO, M. A. S. (s.d.). *Branqueamento e branquitude no Brasil* (2002). CEERT. Disponível em: branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf (ceert.org.br). Acesso em: 14 jul. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. (2016). *Racismo*. Série assistente social no combate ao preconceito. Caderno 03. Brasília: CFESS Autoria – Marcia Eurico. Disponível em: chrome extension://efaidnbmnbbpajpccglclefindmkaj/https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_Caderno03-Racismo-Site.pdf . Acesso em: 29 jul. 2024.
- _____. (2022). *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília, CFESS. Disponível em: chrome extension://efaidnbmnbbpajpccglclefindmkaj/https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess_PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf. Acesso em: 29 jul.2024.
- CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 10, n. 1, p. 171–188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2024.
- EURICO, M. (2013). A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 114. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnGjknqYL/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 27 jul.2024.
- GONZALES, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, F.; LIMA, M. (org.). 1ª.ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- HOOKS, B. (2023). *Irmãs do Inhamé: mulheres negras e autorrecuperação*. São Paulo, WMF Martins Fontes.
- IAMAMOTO, M. (2007). *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo, Cortez. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Boletim da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-C) 2023*. Disponível em <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>. Acesso em: 24 jul.2024.
- KIKUCHI, M. M. A. (2023). *Precarização do trabalho e desgaste mental: um estudo sobre assédio moral com assistentes sociais que trabalham nas IFEs no Pará*. Dissertação de Mestrado. PPGSS, Universidade Federal do Pará - UFPA. Disponível em: <https://ppgp.propesp.ufpa.br/index.php/br/>. Acesso em: 25 jul.2024.
- LAURELL, A.C.; NORIEGA, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo, Hucitec.
- MBEMBE, A. (2020). *Necropolítica biopoder, soberania, estado de exceção*. Política de morte. São Paulo, N-1 edições.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MOREIRA, A. (2020). *Racismo Recreativo*. São Paulo, Coleção Feminismo Plurais, Ed. Pólen. MOURA, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva. NASCIMENTO, N. (2024). *As transformações dos processos de trabalho e o desgaste mental de assistentes sociais do INSS*. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais;

Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. v. 5 n. 1. Londrina, Universidade Estadual de Londrina (UEL).

NETTO, J.P; BRAZ, M. (2012). *Economia Política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo, Cortez.

OSMO, A; Schraiber, L.B. (2015). O campo da saúde coletiva no Brasil: definições e debates. *Revista Saúde e Sociedade*. v. 24.Supl I, p. 205-218. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QKtFb9PkdpCTnz7YNJyMzjN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul.2024.

RAICHELIS, R. (2011). O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 107. São Paulo, Cortez. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/i/2011.n107/>. Acesso em: 26 jul.2024. RAICHELIS, R.D., SILVA O.D. (2015). O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DWKB5jXrBfHBKF7dd68vs9k/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul.2024.

RIOS, F.; SANTOS, M. A.; RATTIS, A. (2023). *Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas*. 1. ed. São Paulo, Perspectiva, p. 56-57.

SOUZA, C. L. S. (2023). A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social e Sociedade*, v. 146, n. 1, p. 16–35, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/#>. Acesso em: 23 jul 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QKtFb9PkdpCTnz7YNJyMzjN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

VICENTE, D. (2015). Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área de habitação. *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 123. São Paulo: Cortez, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DWKB5jXrBfHBKF7dd68vs9k/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul.2024.

_____. *Serviço Social e desgaste mental*. In RAICHELIS, R; VICENTE, D; ALBUQUERQUE, V. (2018). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, Cortez.

VICENTE, D; MONTEIRO, C.L. (2022). *Sofrimentos e desgastes: apontamentos sobre o trabalho de assistentes sociais mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)*. In RAICHELIS, R.;

VICENTE, D; VIEIRA, P.V. (2022). *Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social – TICs e pandemia*. São Paulo, EDUC.